

Ano XXV nº 6494 – 05 de janeiro de 2022

Síndrome de Burnout é doença do trabalho, diz OMS

Decorrente de um ambiente estressante e cada vez mais frequente entre os trabalhadores, a Síndrome de Burnout agora está na classificação de doença do trabalho da OMS (Organização Mundial de Saúde).

Desde o dia 1º de janeiro, o transtorno passou a ser descrito como “estresse crônico de trabalho que não foi administrado com sucesso”. Por conta do estresse e da pressão diária, os bancários são cada vez mais acometidos pelo distúrbio emocional. A sobrecarga de trabalho causa muitos danos à saúde, como exaustão, dor de cabeça constante e mudanças no apetite, irritabilidade.

A política opressora e de exploração em nome do lucro motiva o aumento dos casos de Síndrome de Burnout na categoria. Ao invés de priorizar a saúde mental e as práticas de boa convivência entre os funcionários, as organizações financeiras só querem encher os cofres às custas do esgotamento físico e mental.

Pesquisa

Com o intuito de aperfeiçoar a compreensão dos fatores associados à Síndrome de Burnout, uma pesquisa foi desenvolvida pelo psicólogo e pesquisador Rui Carlos Stockinger, da Universidade Católica de Petrópolis (RJ), para os bancários e bancárias de todo o país.

Para responder ao questionário "Conflitos de valores, alterações de identidade e desgaste emocional", feito pela Universidade Católica de Petrópolis, basta acessar o link que será disponibilizado nos endereços eletrônicos do Sindicato.

Sem governo, inflação continuará a castigar as famílias em 2022

O presidente do Banco Central “independente”, Roberto Campos Neto, terá que prestar contas à população. Indicado pelo ministro-banqueiro da Economia, Paulo Guedes, ele é obrigado por lei a enviar carta explicando por que a inflação em 2021 ficará muito acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Será a sexta vez que isso ocorrerá desde a implementação do regime de metas inflacionárias, em 2001. Em 2021, a inflação disparou e chegou aos dois dígitos em 12 meses, algo que não ocorria desde 1994, quando o Plano Real foi implementado. O texto será anunciado após os resultados consolidados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro de 2021. A divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está programada para o próximo dia 11.

Conforme o instituto, o IPCA registrou alta de 10,74% no acumulado em 12 meses até novembro. Somente naquele mês, o índice chegou a 0,95%. Isso representa 27,14% do total da meta definida pelo CMN para todo o ano (3,5%). Considerado a prévia da inflação oficial, o IPCA 15 encerrou dezembro em 10,42%.

O Brasil tem a terceira maior inflação entre os países do G20, e para os analistas do mercado financeiro, ela deve continuar fora de controle neste ano. Eles reduziram a perspectiva de crescimento do Brasil para 2022, mas mantiveram o cenário de alta para a inflação na primeira pesquisa Focus do ano, divulgada pelo BC no dia 03/01.

Segundo o levantamento semanal, o Produto Interno Bruto (PIB) deve expandir 0,36% este ano, contra expectativa uma semana antes de crescimento de 0,42%. Em relação à inflação, ela se mantém na casa dos dois dígitos, em 10,01%. A taxa básica de juros (Selic) também deve encerrar 2022 em dois dígitos, a no mínimo 11,50%.

Na última reunião do ano passado, o Conselho de Política Monetária (Copom) do BC elevou a taxa básica de juros a 9,25%. O órgão volta a se reunir em 01 e 02 de fevereiro, quando deverá confirmar a previsão já anunciada de nova elevação da Selic, a sétima consecutiva desde março de 2021. As seguidas altas dos juros, no entanto, não deverão conter a onda inflacionária, e o BC “independente” irá falhar novamente neste ano, apostam os especialistas do mercado.

